



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO

Avenida Mal. Campos, nº 1355 - Bairro Santa Cecilia

Vitória-ES, CEP 29043-260

- <http://hucam-ufes.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23525.012884/2025-98

**1. OBJETIVO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de controle populacional e manejo de pombo-doméstico (*Columba livia*) com uso de falcoaria e resgate de fauna sinantrópica silvestre, visando a obtenção e a manutenção da qualidade sanitária e ambiental para atender ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM-UFES/EBSEH.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM/EBSEH) está localizado em meio a um exuberante ambiente natural, composto de vegetação nativa, nascentes e corpo d'água e comunidades zoológicas que desempenham papel fundamental na formação do ecossistema local e na composição paisagística da região. Para a manutenção do ambiente em condições saudáveis, são demandados diversos serviços ambientais fornecidos por empresas especializadas.

2.2. O setor de hotelaria hospitalar tem recebido diversos chamados de ocorrência da presença de fezes de pombo-doméstico (*Columba livia*) e piolho de pombos (*Ornithonyssus bursa*). Tais ocorrências têm provocado bloqueio de leitos devido ao risco de transmissão de doenças, tais como a histoplasmose e a criptococose, e também o risco da picada dos piolhos de pombo e o potencial risco de infecção cruzada por esses vetores mecânicos de microrganismos.

2.3. Foram realizadas ações de mapeamento dos diversos locais com ninhos e foram realizadas intervenções tradicionais para controle desses animais, tais como remoção dos ninhos e aplicação de gel repelente e instalação de barreiras físicas não tem sido suficientes para o controle das aves. Devido a diversidade de estruturas externas dos prédios que podem servir de abrigo para esses animais, somadas ao grande número de pessoas que circulam diariamente no hospital e que eventualmente disponibilizam alimentos para os pombos, ou ainda, para outros animais e acessíveis aos pombos, não é possível estabelecer medidas de intervenções mecânicas, tais como redes de bloqueio, espícula e outros recursos possíveis em toda a área externa dos prédios.

2.4. Da mesma forma, o setor de hotelaria hospitalar recebe inúmeros chamados de ocorrência de animais silvestres que adentram às estruturas do hospital e ambulatorios, tais como gambás (*Didelphis marsupialis*), lagarto Teiú (*Salvator merianae*), aranha caranguejeira (*Lasiodora sp.*), expondo a risco de acidentes os profissionais, pacientes e toda comunidade do hospital.

2.5. A contratação de serviço especializado no controle populacional e manejo de pombo-doméstico com uso de técnica de falcoaria e resgate de fauna sinantrópica silvestre tem por objetivo contribuir para a melhoria do atendimento realizado no Hospital, garantindo a saúde ambiental e a segurança de todos que convivem no HUCAM/EBSEH. Para a execução dos serviços é imprescindível a aplicação de padrões de qualidade e segurança estabelecidos pela legislação vigente, garantindo eficácia, efetividade e segurança dos serviços prestados, diminuindo custos e minimizando os impactos ambientais.

2.6. A Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006 do IBAMA e a Resolução nº 457 de 2013 do CONAMA são regulamentos pertinentes ao controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva e estabelecem as diretrizes, regulamentações e a atuação de empresas especializadas no manejo ambiental e controle da fauna sinantrópica nociva e fauna silvestre. Essas normativas subsidiam as informações relevantes para a referida contratação.

2.7. A contratação de empresa terceirizada para a execução deste serviço ambiental se faz necessário devido às especificidades do objeto contratual, havendo necessidade de licitação para firmamento de contrato de prestação deste serviço, visando melhor qualidade e economicidade para a administração pública. Cabe ressaltar que a contratação do serviço é demanda específica do Setor de

Hotelaria Hospitalar, sem previsão desse serviço no contrato de controle de pragas e vetores vigente, Processo SEI nº 23525.008332/2021-51.

2.8. Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada no Controle populacional e manejo de pombo-doméstico com uso de técnica de falcoaria e resgate de fauna sinantrópica silvestre para o HUCAM/EBSERH.

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Abrange a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de Controle populacional e manejo de pombo-doméstico (*Columba livia*) com uso de técnica de Falcoaria e Resgate de fauna sinantrópica silvestre, a fim de atender as demandas do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM-UFES/EBSERH, compreendendo: área construída de 24.924,34m<sup>2</sup> e área externa de 45.062,44m<sup>2</sup>.

3.2. A solução contratada consiste na implementação de um sistema integrado de prevenção, manejo ético e controle ambiental de pombos com uso de técnica de falcoaria e resgate de fauna sinantrópica silvestre nas instalações do HUCAM-UFES/EBSERH, com foco na mitigação de riscos sanitários e redução sustentável da presença de pombos, bem como o manejo ético e sustentável da fauna silvestre residente.

3.3. A prestação do serviço de Controle populacional e manejo de pombo-doméstico (*Columba livia*) engloba um **conjunto de medidas operacionais e preventivas**, concebidas para promover um ambiente institucional seguro, salubre e livre da infestação de pombos. A solução inclui:

3.3.1. **Diagnóstico técnico inicial**, com levantamento completo das áreas afetadas e da população das aves, identificação de pontos de abrigo, rotas de pouso e nidificação, e elaboração de relatório contendo mapa das áreas críticas e plano de trabalho.

3.3.2. **Adoção de medidas de controle e manejo ético**, incluindo o uso de técnicas de falcoaria para afugentamento dos espécimes, coletas com uso de armadilhas e demais técnicas adequadas para impedir a circulação e a nidificação, bem como a destinação dos espécimes coletados de acordo com as normas ambientais vigentes.

3.3.3. **Monitoramento e manutenção preventiva**, com vistorias periódicas, reaplicação das medidas de controle, quando necessário, orientações e ações educativas e emissão de relatórios de desempenho e acompanhamento.

3.4. A solução contratada do serviço de serviços de Resgate de fauna sinantrópica silvestre consiste no **atendimento do chamado telefônico, captura ética, contenção, transporte e destinação adequada de fauna silvestre** que venha a ocorrer nas áreas internas e externas do HUCAM-UFES/EBSERH, de forma a garantir a segurança da comunidade interna e externa do hospital, bem como o bem-estar dos animais, observando rigorosamente a legislação ambiental vigente.

3.5. A prestação do serviço de serviços de Resgate de fauna sinantrópica silvestre contempla um **arranjo operacional completo**, capaz de responder de maneira rápida, segura e tecnicamente correta às ocorrências envolvendo animais silvestres em situação de risco, conflito ou vulnerabilidade. Para isso, integra procedimentos técnicos, equipe especializada, equipamentos adequados e protocolos padronizados de atuação. Os principais componentes da solução são:

3.5.1. **Atendimento e triagem das ocorrências**, com disponibilização de contato telefônico de acionamento, análise preliminar e priorização de casos, garantindo resposta tempestiva e compatível com o tipo de animal e o nível de risco envolvido, e, considerando ainda, a urgência dos processos hospitalares desenvolvidos pela contratante.

3.5.2. **Resgate e captura**, por meio de técnicas adequadas para diferentes grupos faunísticos (aves, répteis, mamíferos, artrópodes, etc.), utilizando procedimentos que minimizem estresse, dor e risco ao animal e às pessoas, observando protocolos de manejo ético.

3.5.3. **Contenção e transporte**, com estabilização do animal quando necessário, avaliação de condições físicas aparentes, acondicionamento em recipientes adequados a cada espécie e adoção das medidas iniciais para garantir sua integridade física até a destinação adequada.

3.5.4. **Destinação responsável**, com encaminhamento do animal para centros de triagem de fauna silvestre (CETAS/CRAS), instituições autorizadas, áreas adequadas de soltura ou demais destinos previstos em norma ambiental, sempre observando as orientações dos órgãos competentes, e emissão de registros técnicos e relatórios para fins de controle, auditoria e subsídio à gestão ambiental da contratante.

3.6. É imprescindível que a empresa disponha de equipe capacitada, conforme a legislação vigente, com treinamento específico para o manejo de fauna silvestre e que mantenha um controle rigoroso de todos os serviços executados, assegurando a conformidade à legislação ambiental.

3.7. Detalhamento resumido dos serviços e quantidades:

Item	Descrição	Periodicidade	Catser	Unidade	Estimativa Anual
1	Controle populacional e manejo de pombo-doméstico ( <i>Columba livia</i> ) com uso de Falcoaria	Anual	BR000003417	Unidade	06
2	Resgate de Fauna Sinantrópica Silvestre	Anual	BR000003417	Unidade	15

3.8. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)) e nas especificações constantes neste Termo de Referência, deverá ser considerada a do Termo de Referência.

3.9. Os serviços descritos no objeto deverão seguir as seguintes Normas, leis, regulamentos citados abaixo:

3.9.1. Instrução Normativa nº 141 de 2006 do IBAMA;

3.9.2. Lei de crimes ambientais, Lei nº 9.605/1998;

3.9.3. Política Nacional de Resíduos Sólidos. - Lei 12.305/2010;

3.9.4. Resolução nº 457 de 2013 do CONAMA;

3.9.5. Instrução Normativa nº 12-N de 2020 do IEMA.

3.10. Assim, trata-se de uma **solução integrada e especializada**, voltada a prover ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM-UFES/EBSERH serviços técnicos de **manejo de fauna**, executados de maneira ética, segura e ambientalmente adequada, garantindo a correta gestão das ocorrências e a promoção do bem-estar animal.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O controle populacional e manejo de pombo-doméstico (*Columba livia*) com uso da técnica de falcoaria e o resgate de fauna sinantrópica silvestre, são atividades essenciais para a manutenção da qualidade sanitária e ambiental nas dependências do HUCAM-UFES/EBSERH. Para garantir a eficácia desse serviço e a segurança dos profissionais e usuários da instituição, é fundamental observar requisitos técnicos específicos durante o processo de contratação.

4.2. A empresa contratada deverá prestar serviços de manejo ambiental, abrangendo duas frentes principais: o controle populacional de pombos por meio de falcoaria e o resgate de fauna sinantrópica silvestre presente nas áreas internas e externas do hospital. Ambos os serviços têm caráter essencial, visto que contribuem diretamente para a segurança biológica, o controle de pragas e o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

4.3. O manejo das aves de rapina utilizadas na falcoaria deverá seguir as diretrizes da Instrução Normativa nº 141/2006 do IBAMA, da Resolução CONAMA nº 457/2013 e da Instrução Normativa nº 12-N/2020 do IEMA. No caso da fauna sinantrópica, o resgate deverá ser realizado por equipe habilitada, com técnicas que garantam o bem-estar animal e a segurança dos profissionais envolvidos, sendo obrigatória a destinação dos animais capturados a centros de triagem e reabilitação licenciados.

4.4. A unidade de medida adotada será a execução mensal dos serviços contratados, considerando as rotinas previstas no plano de trabalho a ser apresentado pela contratada e aprovado pela contratante. No caso do uso de técnica de falcoaria, o acompanhamento ocorrerá

por ciclos de ações preventivas e dissuasivas em campo, com aves registradas, devidamente treinadas e conduzidas por profissional falcoeiro. No caso do resgate de fauna, a medição ocorrerá por chamados atendidos e os registros de captura e destinação dos animais, conforme relatórios de execução a serem apresentados mensalmente.

4.5. A contratada deverá dispor de equipe capacitada e devidamente equipada, observando o cumprimento das normas de segurança, em especial as Normas Regulamentadoras NR-06 e NR-09, além das exigências dos órgãos ambientais competentes (IBAMA, IEMA e CONAMA). O uso de Equipamentos de Proteção Individual é obrigatório em todas as etapas dos serviços.

4.6. A contratada deverá providenciar todas as autorizações necessárias para execução do Plano de Trabalho junto ao órgão ambiental competente e encaminhar para a fiscalização toda a documentação;

4.7. É indispensável que a empresa mantenha controle rigoroso de todos os procedimentos, garantindo a rastreabilidade das ações executadas e dos animais manejados. Toda atividade deverá ser documentada, com registros fotográficos, relatórios de campo e certificados de destinação, assegurando a conformidade legal, ambiental e contratual.

4.8. Por fim, a contratada deverá manter comunicação permanente com a fiscalização técnica do contrato, reportando as ocorrências relevantes e apresentando relatórios mensais de desempenho e de 3 de 10 execução, conforme critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), o qual norteará as glosas e o pagamento proporcional conforme o nível de cumprimento dos indicadores definidos.

## **5. REGIME DE EXECUÇÃO**

5.1. A presente contratação seguirá o regime de execução por Preço Unitário, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos (RCC) da Ebserh vigente.

## **6. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO**

6.0.1. Os licitantes vencedores assinarão Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados nas dependências do Hospital Cassiano Antônio Moraes – Hucam, localizado à Rua Marechal Campos, nº 1355, bairro Santa Cecília – Vitória/ES.

7.2. A empresa contratada deverá seguir legislação vigente no que se refere aos equipamentos necessários para a execução do objeto (EPIs, Uniformes, bota, avental, luvas, máscara, etc.).

### **7.3. Para os serviços do item 1:**

7.3.1. A metodologia a ser adotada para o controle populacional e manejo de pombo-doméstico deverá ser indicada pelo responsável técnico da Contratada e descrita no Plano de Trabalho estruturado em etapas das ações de periodicidade mensal, de forma que possa ser objetivamente mensurada e acompanhada pela fiscalização.

7.3.2. Para o serviço de controle populacional e manejo de pombo-doméstico com uso de técnica de falcoaria, a execução unitária descrita na tabela do **item 3.7** deverá transcorrer durante todo o período mensal a que se refere a Ordem de Serviço, e com as ações de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela contratada e previamente aprovado pela contratante.

7.3.3. Quando realizado serviços através da técnica de falcoaria, deve-se utilizar aves devidamente registradas e com nota fiscal e profissionais devidamente capacitados para a atividade (Falcoeiro). As etapas de introdução das aves de rapina bem como a conformidade legal deste processo devem ser detalhadas no Plano de Trabalho.

7.3.4. A destinação dos espécimes coletados, vivos ou mortos, deve-se observar rigorosamente as normas ambientais vigentes.

7.3.5. A Contratada poderá incluir no Plano de Trabalho ações educativas como estratégia para prevenção da ocorrência de pombos como palestras e orientações para comunidade interna e externa do Hucam, devendo o planejamento da data da execução ser realizado em conjunto com a fiscalização.

### **7.4. Para os serviços do item 2:**

7.4.1. A metodologia a ser adotada para o resgate de fauna sinantrópica silvestre deverá ser indicada pelo responsável técnico da Contratada e descrita no Plano de Trabalho.

7.4.2. Para o serviço de resgate de fauna sinantrópica silvestre a unidade de medida adotada será por Ordem de Serviço enviada por chamado para coleta do(s) espécime(s).

7.4.3. Os serviços de resgate de fauna sinantrópica silvestre devem ser executados com técnica autorizada pelos órgãos ambientais e equipamentos apropriados e de qualidade comprovada.

7.4.4. Os espécimes coletados devem ser encaminhados para centros de triagem e reabilitação especializados e licenciados, para que sejam dados os devidos cuidados médicos e biológicos.

7.4.5. Quando não for possível a destinação imediata dos espécimes coletados no Hucam, o depósito e guarda provisórios de animais silvestres resgatados deve ser feito em conformidade com a Resolução nº 457 do CONAMA, de 25 de junho de 2013 e a Instrução Normativa nº 141 de 2006 do IBAMA.

## **8. GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. A gestão e fiscalização da contratação ficarão sob responsabilidade do Setor de Hotelaria Hospitalar do HUCAM.

8.2. A comunicação com a contratada se dará através de contato telefônico, e-mail e reuniões presenciais ou online a serem agendadas por demanda do contratante ou da contratada.

8.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

8.4. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

8.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.12. O fiscal técnico, ao verificar que houve inconsistência no dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.

8.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

8.14. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 83 da Lei 13.303/2016.

8.15. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de

fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos dos serviços executados estarão condicionados ao desempenho avaliado mensalmente através do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de forma objetiva, observável e mensurável, conforme preconiza o Anexo V, item 2.6, "d.3" e "d.4", da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017, conforme indicadores elencados no Anexo A.

9.2. O pagamento será mensal, mediante depósito em conta bancária indicada pela CONTRATADA, efetuando-se no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela e da data de apresentação da fatura ou nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal.

9.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

9.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

9.5. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

9.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:

9.6.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ);

9.6.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;

9.6.4. demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.6.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.6.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência

da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária."

9.17. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

9.17.1. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), espletados os limites de alteração contratual previstos no Regulamento de Compras e Contratos (RCC) da Ebserh vigente;

9.17.2. não configure descaracterização do objeto contratado.

9.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## **10. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

10.2. No prazo de até 5 dias do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

10.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

10.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

10.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.4. No prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado

em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

10.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado/servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.4.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.5. No prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

10.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades."

## **11. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

11.1. O procedimento de contratação será conduzido por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, em portal de compras de acesso público na internet, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Compras e Contratos (RCC) vigente da Ebserh.

11.2. Os serviços, objeto da presente contratação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR, MODO DE DISPUTA E INTERVALOS ENTRE LANCES**

12.1. O critério de julgamento será o de menor preço por item (02 itens), nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Compras e Contratos (RCC) vigente da Ebserh.

12.1.1. A solução será parcelada pois não há dependência dos itens entre si, ou seja, há necessidade dos dois itens para a execução plena do objeto e, ainda, o parcelamento torna mais viável o gerenciamento e o controle do contrato. Além disso, estão de acordo com as regras de mercado, proporcionam maior eficiência na execução dos serviços, bem como na fiscalização do futuro contrato, sem comprometer a competitividade necessária à disputa e, sobretudo para que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala para o HUCAM.

12.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

12.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

## **12.4. Exigências de Habilitação Técnica**



12.4.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 01 ano de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

12.4.1.1. Será aceito o somatório de atestados, concluídos ou parciais, que comprovem execução de objeto semelhante ao da contratação.

12.4.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

12.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

12.4.2. Comprovação de que licitante possui, em seu quadro de pessoal, na data da licitação, **Responsável Técnico** legalmente habilitado e com registro no Conselho Profissional competente.

12.4.2.1. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

12.4.2.1.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

12.4.2.1.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

12.4.2.1.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

12.4.2.1.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame."

12.4.3. Apresentação dos seguintes documentos ou declaração de disponibilidade dos mesmos ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-los quando solicitado pela Administração:

12.4.3.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

12.5. Necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e notas fiscais, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

12.6. As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista e capacidade econômico-financeira estão previstas no Edital.

12.7. Trata-se de contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra ou de menor complexidade, portanto, não será necessária a decomposição objetiva das despesas inerentes à sua execução através de planilha de composição de custo.

### 13. ESTIMATIVAS DETALHADAS DOS PREÇOS

13.1. A estimativa de preços será sigilosa, nos termos do art. 34 da Lei 13.303/2016 e nos termos do Regulamento de Compras e Contratos (RCC) da Ebserh., facultando-se sua publicidade na fase de negociação.

13.2. A Planilha de Preços dos valores será elaborada conforme Norma - SEI n.º 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH.

### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionário especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, solicitando a regularização das mesmas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.4. Realizar rigorosa conferência das características do objeto, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços

contratados.

14.5. Prestar informações e esclarecimentos que virem a ser solicitados pela CONTRATADA, desde que seja do seu conhecimento e pertinente aos serviços contratados.

14.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

14.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.10. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.11. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Além das documentações mencionadas para habilitação, a licitante vencedora deverá apresentar no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal do contrato a seguinte documentação, de acordo com cada item contratado:

15.1.1. Plano de Trabalho para o desenvolvimento dos serviços de cada item, contendo prazos, descrição metodológica das ações e recursos necessários.

15.1.2. Alvará de Localização e Funcionamento vigente.

15.1.3. Autorização de Manejo de Fauna Sinantrópica ou equivalente, documento expedido pelo órgão ambiental competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades de contenção, perseguição, captura, manutenção, tratamento, transporte e translocação de animais silvestres, conforme Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006 do IBAMA e a Resolução nº 457 de 2013 do CONAMA, ou, Cadastro Técnico Federal com descrição da atividade de Manutenção de fauna silvestre ou exótica conforme resolução do CONAMA nº 489/2018;

15.1.4. Caso as Licenças e/ou Autorizações estejam vencidas ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação ambiental Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

15.1.5. PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais e PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;

15.1.6. Plano de Contingência dos principais riscos associados a execução do objeto, incluindo falhas mecânicas do veículo, greves de categoria e outros riscos que possam inviabilizar a atividade previamente identificados;

15.1.7. Protocolo Operacional juntamente com comprovante de treinamento da equipe envolvida na execução, para conduta em caso de acidente com risco de contaminação biológica durante a execução dos serviços;

15.2. Apresentar licença ambiental da empresa da empresa de coleta dos resíduos e da empresa de destinação dos resíduos (carcaças dos animais);

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

15.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

- 15.6. Nomear um preposto durante o período de vigência do contrato, com atribuição de gerir os serviços solicitados e representa-la perante à Contratante;
- 15.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 15.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 15.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;
- 15.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 15.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 15.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 15.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 15.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 15.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 15.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 15.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 15.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, bem como a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 15.18. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 15.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto nas hipóteses de alteração contratual previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Compras e Contratos (RCC) vigente da Ebserh;

15.23. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

15.24. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

15.25. Conduzir os trabalhos em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, assumindo a responsabilidade por todos os tributos federais, estaduais e municipais que, eventualmente, incidirem sobre o presente contrato, bem como todos os encargos sociais, trabalhista e previdenciário;

15.26. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

15.26.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

15.27. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final das carcaças dos animais coletados: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, queima a céu aberto ou em recipientes ou instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

15.28. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

15.29. Em hipótese alguma, poderá a contratada alegar desconhecimento das condições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

#### **16. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

16.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

16.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em

decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## **17. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

17.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00h às 17:00h, com agendamento prévio junto ao SETOR DE HOTELARIA HOSPITALAR pelo telefone (27) 3335-7484.

17.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

17.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

17.4. Apesar de facultativa, recomenda-se a vistoria, para que a empresa se certifique das condições de modo dimensionar corretamente sua proposta.

17.5. Na opção da não realização da vistoria, a empresa não poderá alegar desconhecimento das condições do local de realização dos serviços, em favor de eventuais pretensões de acréscimo nos preços propostos.

17.6. A vistoria prévia é facultativa, devido ao fato de que a mesma é um direito do licitante e não a sua obrigação, amparado pelo princípio da razoabilidade, conforme se depreende do trecho do voto do Ministro Relator do Acórdão 409/2006 – Plenário, a saber:

17.6.1. "(...) as empresas que exercerem o direito de vistoria disporão de condições muito superiores para quantificação do valor do serviço, mas deve ficar à escolha da interessada decidir se prefere arcar com o ônus de tal operação ou assumir os riscos de uma avaliação menos acurada. (...)".

17.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

17.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

18.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

18.3. Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior

ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e Nota explicativa: Os patamares estabelecidos nos itens acima poderão ser alterados a critério da autoridade.

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1:**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2:**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03

**Para os itens a seguir, deixar de:**

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

18.6. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

18.7. As sanções de advertência por escrito e suspensão temporária de participação em licitação poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

18.8.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 [trinta] dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

18.9.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.9.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.9.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

18.9.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

18.9.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.9.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

18.9.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

18.9.8. não mantiver a proposta;

18.9.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.9.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0) e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

18.11. Cabe às unidades hospitalares conduzir os processos de apuração de irregularidade em execução contratual e aplicar as penalidades previstas no item 17.

18.12. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

18.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser

incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

#### **19. GARANTIA CONTRATUAL**

19.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0).

19.1.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.8. Será considerada extinta a garantia:

19.8.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.8.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.10. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

#### **20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA**

20.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos seguintes aspectos:

20.2. Observar a proteção, segurança e saúde dos trabalhadores consubstanciada nas Normas Regulamentadoras nº 07 e 09 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de



Previdência e Trabalho.

20.3. Utilizar equipamentos de acordo com as diretrizes do CONAMA e INMETRO.

20.4. Utilizar na prestação do serviço materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

20.5. Nas atividades desenvolvidas pela CONTRATADA nas instalações do Hucam a CONTRATADA deve contribuir ativamente com o monitoramento da infraestrutura do Hucam, responsabilizando-se pela comunicação por meio dos seus colaboradores dos problemas observados. São exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser comunicadas: vazamentos na torneira ou no sifão de instalações hidráulicas; lâmpadas queimadas ou piscando; tomadas quebradas ou soltas; fios desencapados ou expostos; janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras.

20.6. Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do Programa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis do Hucam, com a separação de materiais em recipientes para coleta seletiva disponibilizados nas áreas da CONTRATANTE.

20.7. Utilizar preferencialmente materiais reciclados ou com embalagem reciclada, quando couber.

20.8. Observar a necessidade de Selo Ruído para os equipamentos utilizados que, eventualmente, gerem ruído no seu funcionamento, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (Db-A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994 e Portaria nº 430, de 16 de agosto de 2012 do INMETRO, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição.

## **21. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES**

21.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

21.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

21.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1. As despesas para atender ao certame estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 155012/26443 Fonte: 1002A003NR

Programa de Trabalho: 10.302.5118.8585.0032

Elemento de Despesa: 33.90.39-78.

PI: OAM50Kxxxxx - Sendo xxxxxx o número do contrato a ser atribuído. Categoria no plano orçamentário 2025: 2.11 - Outros

E demais recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários.

### 23. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

23.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

23.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal das obrigações abaixo descritas:

23.1.1.1. Resgate de animais sinantrópicos silvestres;

23.1.1.2. Transporte de animais sinantrópicos silvestres.

23.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

23.1.2.1. Disposição final de resíduos de carcaças.

23.2. Para tanto, a subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos necessários para a execução do objeto referente à etapa que contempla a disposição final de resíduos.

23.3. A Contratada não poderá subcontratar microempresas ou empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação, ou, que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratada.

23.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

23.5. Fica vedada a participação de empresas em consórcio no pregão, uma vez que o objeto não apresenta grande vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes.

### 24. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

24.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

24.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

24.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata;

24.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Hucam- Ufes/EBSERH à continuidade da ata.

### 25. ANEXOS

25.1. Anexo A - Instrumento de Medição de Resultados ([54345757](#));

25.2. Anexo B - Modelo da Proposta Detalhada ([54345807](#));

25.3. Anexo C - Termo de Recebimento Provisório ([54345866](#));

25.4. Anexo D - Termo de Recebimento Definitivo ([54346296](#));

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade, com fundamento no Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0), cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **David Salles, Membro da Equipe**, em 06/03/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Almeida, Membro da Equipe**, em 06/03/2026, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Neves Leao, Membro da Equipe**, em 06/03/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jackeline Frade Agrizzi, Membro da Equipe**, em 09/03/2026, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **58387878** e o código CRC **3E053D53**.

---

**Referência:** Processo nº 23525.012884/2025-98 SEI nº 58387878

---

Criado por [rodrigo.almeida.5](#), versão 16 por [rodrigo.almeida.5](#) em 06/03/2026 10:18:28.